

Carta do Editor

A 50ª edição de **Pesquisa&Debate** chega no final de um difícil ano para o Brasil e para o mundo. Em conturbada conjuntura político-econômica, vivenciamos o avanço de diversas tendências contrárias ao desenvolvimento humano, entendimento como a criação e fomento de ambientes institucionais favoráveis à equidade e justiça social. No Brasil, deflagrou-se uma crise institucional sem precedentes na história recente, caracterizada pela quebra da institucionalidade democrática e tomada de poder por grupos econômicos com forte representação parlamentar, que sob o manto de ‘austeridade fiscal’ vem emplacando uma agenda privada de desconstrução de direitos sociais e cidadania. No mundo, vivenciamos um cenário de avanço de interesses conservadores, como manutenção de privilégios para uma diminuta minoria em detrimento das necessidades humanas básicas de grande parte da população global.

A presente edição trata de temas como o papel da dívida pública e o acirramento das contradições no capitalismo, o poder econômico e político internacional dos grandes grupos econômicos financeiros e suas articulações *intra* e *intercorporativas* impactando Estados e nações, o papel da agricultura urbana familiar, mudanças no trabalho doméstico assalariado no Brasil nos anos 2000 e problemas decorrentes da visão legalista da Lei de Transparência enquanto um desdobramento da Lei de Responsabilidade Fiscal, além das resenhas das obras *A Desordem Mundial* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016) de Luiz Alberto Moniz Bandeira e *Overcharged: the high cost of high finance*, de Gerald Epstein e Juan Antonio Montecino. Como destaque, publicamos texto original de **Fred Moseley**, proeminente estudioso contemporâneo do marxismo, que oferece uma visão macroeconômica da teoria de valor de Marx.

Flávia Félix Barbosa (Universidade Federal do Espírito Santo) investiga as contradições entre Estado e Dívida Pública no capitalismo atual, tema bastante pertinente na retórica político-econômica atual, especialmente em torno de delicado momento em que o governo federal aprova a troca do piso de investimentos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988 por um teto, com vistas a redução do déficit público. A autora reconstrói o desenvolvimento histórico e ideológico da função social do déficit público para diversos autores da economia política, concluindo que o crescente endividamento do Estado é fator estrutural, e não meramente conjuntural. Recuperando os dados de Santos (1998), a autora mostra que a porcentagem do gasto público em função do PIB encontra seu auge histórico, paradoxalmente ou não, na era neoliberal, que justamente prega o enxugamento da máquina administrativa do Estado.

Mas como isso ocorre? Basicamente a elevação dos gastos públicos que segue tendência histórica de alta desde o início da revolução industrial, pressionou o Estado a obter receitas extras para completar o orçamento, que passam a ser obtidas por emissão de títulos da dívida pública. A taxa de juros da dívida pública então torna-se peça central para compreensão do uso político do endividamento público do Estado, mas além disso, o artigo levanta importantes questões sobre a subordinação do financiamento das necessidades correntes do Estado às condições de acumulação de capital, e, portanto, “sendo bastante adaptável”.

É por essas razões que **Flávia Félix Barbosa** situa o Estado como elemento chave não apenas para desencadear desenvolvimento econômico, mas também para o ‘acirramento das contradições e das crises inerentes ao sistema capitalista’. Ora, para muito além do discurso neoliberal, o Estado tem se empenhado em salvaguardar capitais privados, seja por meio de empréstimos subsidiados, isenção fiscal ou afrouxamento do

marco regulatório, entretanto, ‘o desempenho desta função tem impedido a criação de mecanismos por parte do capital e do próprio Estado para um novo ciclo de expansão da economia mundial’.

O artigo *Governança corporativa: o caótico poder dos gigantes financeiros* discorre sobre o sistema corporativo e sua estrutura, que rege a sociedade atual. A compreensão da complexidade deste sistema mundial e suas disposições caóticas é o objetivo do artigo. O autor, **Ladislau Dowbor** da PUC-SP, apresenta uma análise sobre a dinâmica estrutural das gigantescas corporações financeiras, apontando para as contradições presentes neste processo. As proporções tomadas por essas organizações, possuindo poderes econômicos e políticos maiores do que nações, resultam em descontroles estruturais e ariscadas e danosas articulações. Como resultado um caos sistêmico se apresenta, no qual desajustes surgem tanto pela perspectiva *intraempresarial*, quanto pelas articulações *intercorporativas*.

Sob a ótica interna destas organizações, suas enormes proporções e abrangência, ao estenderem seus tentáculos por diversos setores e países, resultam em uma impossibilidade de gerir e controlar todos seus processos. O distanciamento das atividades técnicas dos centros que possuem o poder de decisão gera burocratização e hierarquização, se perdendo o objetivo social da organização, restando uma gestão focada nos resultados financeiros, descolada da produção real. Ademais, dado este distanciamento e unilateralização dos objetivos, o controle do processo técnico diminui de importância abrindo caminho para um aumento de fraudes e queda na qualidade dos produtos.

Por outro lado, na penetração internacional dos gigantes corporativos, uma complexa estrutura de relacionamento interempresarial e com os Estados está estabelecida. Os grandes grupos financeiros possuem instrumentos de articulação, por meio dos quais juntam forças e passam, então, a possuir um poder político profundo. Os Estados, que estão fragmentados, não possuem poderes suficientes de contrapeso, de maneira estes majoritariamente servem aos interesses econômicos, legais e, até mesmo, jurídico daqueles. Adicionalmente, as relações entre os gigantes grupos financeiros vão além do poder político, uma vez que a rede de movimentações financeiras está formada, com destaque para os paraísos fiscais, corrompendo e usurpando a geração de valor pelo sistema financeiro internacional.

Olhando para este quadro, desta complexa estrutura corporativa, percebe-se a sistematização das falhas que se instalou na estrutura política econômica global, de forma que não é eficiente buscar um grupo limitado de responsáveis pelos danos resultantes. Contudo, cabe entender o encadeamento sistêmico, obscurecido pela falta de transparência, que possui falhas internas e consequências em todas as sociedades. Assim, a responsabilidade está diluída “em uma massa informe”, na qual nem o sistema concorrencial tradicional, nem os Estados possuem controle sobre estes gigantes.

O Professor **Fred Moseley**, de Mount Holyoke College (Massachusetts, EUA) é um dos estudiosos mais proeminentes de economia marxiana da atualidade. **Moseley** é autor de sete livros sobre o tema seus trabalhos foram traduzidos para oito idiomas. **Pesquisa&Debate** publica trabalho recente, em que o autor revisita a problemática por detrás do problema do conhecido problema de transformação em Marx. Para os críticos da teoria de formação de preços de produção, Marx teria falhado em estabelecer uma função de transformação dos insumos de capital constante e variável em preços de produção, e por isso sua teoria seria ‘ilógica e inconsistente’. Segundo o autor, o problema

de transformação origina-se da aparente contradição entre a teoria do valor-trabalho e a tendência à equalização das taxas de lucro entre diferentes indústrias que possuem distintas composições de capital (diferentes razões entre capital constante e variável). A teoria do valor-trabalho aparentemente indica que indústrias com diferentes composições de capital devem ter taxas de lucro diferentes, o que contraria a tendência de equalização de taxas de lucro entre indústrias em economias capitalistas.

Neste artigo “*M – C – M’ and the End of the ‘Transformation Problem’*”, reproduzido em sua versão original em inglês, **Moseley** argumenta que Marx não teria falhado na etapa de transformação de insumos, porque os insumos tanto de capital constante como variável simplesmente, é indevida. Alternativamente, capital constante e variável deveriam ter igual contribuição na determinação de ambos os valores e nos preços de produção: as quantidades reais de capital-dinheiro (“*money capital*”) adiantado para aquisição dos meios de produção e mão de obra no início do circuito do capital-dinheiro ($M - C - M'$) são tomados como dados e, então, a teoria de preços de produção de Marx torna-se coerente e completa. O autor constrói uma interpretação ‘monetária’ da teoria de Marx e apresenta um sumário algébrico que substancia sua construção, assim como evidências textuais que tal suportariam tal interpretação.

Vicente Chiaramonte Pires (Universidade Estadual de Maringá - UEM) analisa a influência do projeto Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Maringá (RMM) no desenvolvimento econômico e social dos integrantes das hortas comunitárias apoiadas pelo projeto, que é uma parceria entre a Prefeitura de Maringá, UEM, por meio do Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (Ceraup), e MDS (Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome). O projeto enquadra-se dentro de projeto empreendido desde 2008 pelo MDS, que firmou 130 convênios de agricultura urbana e periurbana em nível nacional.

As respostas obtidas por meio de questionários apontam para o fato de que há oportunidade importante de aumento da área ocupada e incremento de renda para os participantes do programa. Dentre os principais diferenciais competitivos destacam-se a produção de orgânicos, que chegam frescos aos mercados, e o baixo custos de transporte, por estarem próximos aos centros consumidores. Todavia, há limitações importantes de habilidades administrativas e financiamento, que é quase exclusivamente de capital próprio/familiar.

O principal benefício da agricultura urbana para as famílias é a alimentação saudável, que também contribui para liberar renda que seria comprometida com compra de alimentos. Os participantes declararam também que outros benefícios da agricultura urbana são: o envolvimento e interação da comunidade e o cuidado mútuo das famílias; a garantia de emprego aos envolvidos; alívio de stress da vida urbana; o novo sentido à vida dos aposentados, dentre outros.

Juliane da Costa Furno, doutoranda em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP, investiga as características e transformações recentes (2003-2014) do trabalho doméstico assalariado no Brasil, mostrando como as intersecções entre gênero, classe e raça se relacionam com a precarização da categoria. A autora destaca que o trabalho doméstico no Brasil, que teve como sua marca a informalidade, a ausência de proteção legal e de direitos do trabalho, sofreu mudanças sistemáticas nos anos 2000, culminando com a aprovação da PEC 72/2013, que equipara os direitos das trabalhadoras domésticas aos demais trabalhadores formais. Outro ponto importante foi a valorização real do salário mínimo no período, que impactou positivamente as trabalhadoras domésticas. A autora ressalta que todos os indicadores medidos nesse artigo – com

exceção do nível de formalização – são positivos para os anos 2000 em comparação com os anos noventa, porém persistem as diferenças de gênero e raça: No ano de 2003 o trabalho doméstico era o principal receptor de mão de obra feminina, caindo para terceira posição em 2014. Entretanto, ao passo que cerca de 10% das trabalhadoras brancas entraram para o trabalho doméstico em 2014, este número foi de 17,7% dentre as trabalhadoras negras, indicando falta de oportunidades de trabalho mais qualificado. Portanto, as políticas “universais” para o mercado de trabalho não são suficientes para a melhora das condições de emprego desse setor, sendo necessárias políticas públicas com recorte de gênero e raça para o trabalho doméstico.

Celso Bissoli Sessa e Neide César Vargas, da Universidade Federal do Espírito Santo, discutem a Lei da Transparência enquanto um desdobramento da Lei de Responsabilidade Fiscal e da visão legalista que lhe é subjacente, problematizada no plano dos governos subnacionais no Brasil. Isso será empreendido sob um ponto de vista conceitual neo-institucionalista, pautado na obra de Geoffrey Hodgson, que oferece um olhar distinto da tradicional visão da Nova Economia Institucional, uma vez que “Em Hodgson, instituições não são apenas regras, muito menos apenas regras legais, e sim um sistema durável de regras sociais estabelecidas e incorporadas pelos indivíduos, o qual efetivamente estrutura as interações sociais”.

Para os autores, a mudança prometida pelas Leis de Responsabilidade e Lei de Transparência parte de uma visão extremamente reducionista, por diversos motivos: primeiro porque não se pode reduzir essa relação estritamente à sua dimensão financeira sem considerar a dimensão da gestão microinstitucional das organizações estatais e ademais, o Mercado está longe de ser uma boa referência para nortear o comportamento do Estado, fato visível desde a crise financeira manifesta a partir de 2007 nos EUA. Desse modo, a promoção da responsabilidade fiscal e *accountability* não poderia ocorrer pelo simples decurso de prazo desde a vigência de uma lei restritiva, sendo necessário que ocorram mudanças desde a Sociedade Civil, as organizações públicas e privadas e terceiro setor, podem atuar no sentido de prover, divulgar amplamente dados simplificados e informações acerca do comportamento dos gestores públicos e políticos

Duas resenhas encerram a presente edição. **Regina Gadelha** (PUC-SP) resenha o livro mais recente de Luiz Alberto Moniz Bandeira (*A Desordem Mundial*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 644 p.), e trazendo contribuições também sobre o conjunto da obra do autor. A obra recente de Moniz Bandeira esclarece e nos permite compreender a dialética das relações geopolíticas entre os fatos econômicos, políticos e sociais que marcam os destinos dos países e populações, as relações internacionais que interferem em suas histórias, ações políticas e externas possíveis, responsáveis pela preservação da independência e liberdade dos povos.

Ladislau Dowbor (PUC-SP) resenha “*Overcharged: the high cost of high finance*” do livro de Gerald Epstein e Juan Antonio Montecino, publicado pelo The Roosevelt Institute em julho deste ano. Para Dowbor, o estudo de Epstein e Montecino oferece uma visão de conjunto do impacto econômico da intermediação financeira, tal como funciona nos EUA. O sistema não só não fomenta a economia, como a drena. O título *Cobrando demais: o alto custo da alta finança* já diz tudo e pela primeira vez temos aqui uma visão sistêmica e integrada do quanto custa à economia americana uma máquina financeira que se agigantou e se deformou radicalmente. Hoje não fomenta a economia, pelo contrário, inibe-a, gerando mais custos do que estímulo produtivo. A pesquisa faz parte de um conjunto de iniciativas do Roosevelt Institute, que tem como economista chefe Joseph Stiglitz, prêmio “Nobel” de economia, e que já foi economista chefe do governo Clinton

e do Banco Mundial. Os avanços deste tipo de pesquisas nos Estados Unidos reforçam a necessidade de procedermos ao estudo do fluxo financeiro integrado no Brasil, buscando o resgate da função econômica da intermediação financeira nas suas diversas dimensões.